



Em sabatina na CI, Delcídio Amaral (D) manifesta preocupação com o vencimento de concessões no setor elétrico

Comissão aprova nomes para Dnit e agências reguladoras

Vencimento de concessões no setor elétrico a partir de 2015, condições da BR-163 – usada no escoamento de grãos do Centro-Oeste – e destinação de recursos de serviços públicos para progra-

ma de transferência de renda foram temas de sabatina realizada ontem na Comissão de Infraestrutura. O colegiado aprovou indicações para diretores da Aneel, da Antaq e do Dnit. 4

Relator defende aumento do mínimo e ação do Congresso

Senador Tião Viana entrega relatório da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem

O relator Tião Viana está sugerindo a inclusão, no cálculo para reajuste do salário mínimo de 2011, da variação do PIB de 2008, que foi de 5,1%. Assim, segundo ele, o Congresso dá uma resposta positiva à política de valorização do mínimo. A regra vigente, atrelada ao crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2009, está prejudicada com a queda no crescimento econômico no ano passado (-0,2%). Viana também sugeriu mudança na proposta do governo a fim de “preservar as competências do Congresso” quanto à suspensão da execução de obras irregulares. 3



Senador Tião Viana (E) apresenta relatório final da LDO ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Waldemir Moka

Votação do projeto que cria Petro-Sal fica para julho 7

Senadores cobram recursos para vítimas das enchentes 6

Plano de cargos e salários de servidores é atualizado 2

Marconi Perillo recebe comitiva do presidente de Angola

José Eduardo dos Santos visita o Brasil a convite do presidente da República. Foram assinados 11 acordos, que ainda serão examinados pelo Senado. 7



Marconi Perillo assegura atenção do Senado aos pleitos de Angola

Votos sobre taxa de juros poderão ser divulgados

Projeto aprovado pela CCJ obriga Conselho de Política Monetária (Copom) a divulgar votos e justificativas de seus membros na definição da taxa básica de juros (Selic). Texto de Arthur Virgílio, que deve seguir para a Câmara, altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5

Plano de cargos e salários dos servidores da Casa elimina vinculação entre as remunerações dos funcionários e os subsídios dos senadores

Senado reestrutura carreira dos seus servidores

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem mudanças no plano de carreira dos servidores da Casa, promovendo reajustes nas suas tabelas de remuneração e eliminando distorções na sua estrutura.

O impacto na folha salarial do Senado será de R\$ 217 milhões neste ano (9,82%) e de R\$ 247 milhões em 2011 (10,3%), segundo o diretor-geral, Haroldo Tajra.

Desde 2006, os servidores do Senado não tinham aumento de salário. O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que, por causa da defasagem salarial, a Casa vinha perdendo servidores para carreiras dos outros poderes, inclusive concursados que tomaram posse recentemente.

O Orçamento da União deste ano prevê uma dotação de R\$ 300 milhões para o aumento dos servidores do Senado – a despesa de pessoal da Casa será de R\$ 2,21 bilhões neste ano, incluindo a primeira parte da reestruturação. O projeto seguirá agora para exame dos deputados e, depois, à sanção presidencial.

Durante a discussão da matéria, Heráclito Fortes disse que a proposta foi amplamente debatida nos últimos meses entre os servidores e a diretoria da Casa e foi fruto de consenso. Acrescentou que o projeto promove o realinhamento da remuneração dos cargos que compõem o quadro de pessoal do Senado em relação às demais carreiras de Estado no âmbito do Executivo e do Judiciário e com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União.

Heráclito, que relatou o projeto no Plenário, disse que, além



Heráclito (E) apresenta um "texto possível" e lamenta o fato de a reforma administrativa, que deverá extinguir 1.500 cargos, não ter sido aprovada simultaneamente

de eliminar distorções existentes na estrutura de remuneração dos servidores, o novo plano institui a Gratificação de Desempenho, como incentivo à eficiência. Destacou que a proposta elimina uma vinculação indireta que existiu durante décadas entre a remuneração dos servidores e o subsídio dos senadores. Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o fim dessa vinculação.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que os senadores estivessem aprovando a reestruturação do plano de carreira antes da reforma administrativa do Senado, que vem sendo discutida desde o ano passado. Simon faz parte de uma subcomissão de senadores criada para opinar sobre a reforma administrativa. "Isso é irracional", sustentou, depois de afirmar que respeita os servidores do Senado, "a maioria digna, correta e competente".

O relatório apresentado por Heráclito ao PLS 372/09, que estabelece o plano de cargos e

salários dos servidores da Casa, foi, segundo o próprio, o "texto possível".

– [O projeto] atende a todas as categorias funcionais do Senado Federal, abrangendo não só os concursados, mas também os comissionados – afirmou.

Conforme o senador, não foi possível votar o plano junto com a proposta de reestruturação administrativa do Senado (PRS 96/09).

– O ideal seria que nós tivéssemos podido fazer conjuntamente as duas coisas. Infelizmente, não foi possível. Mas é preciso que se saiba que na reforma administrativa cerca de 1.500 cargos serão extintos. Nós teremos, ao longo dessa reforma, as economias anunciadas e esperadas pela sociedade brasileira. A Mesa fez a opção pela transparência.

O relator também elogiou o esforço de Eduardo Suplicy na construção do acordo que viabilizou a votação.

Antes de ser votado, projeto passou pelo crivo da Mesa

Horas antes de ser aprovado em Plenário, o projeto que atualizou o plano de cargos e salários dos servidores do Senado foi analisado pela Mesa, que aprovou a iniciativa em reunião no início da tarde.

Pouco depois, o relator, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), levou a proposta ao Plenário, onde aguardou o recebimento de emendas até 18h.

Em discurso para apresentar o projeto, Heráclito afirmou que sua responsabilidade com o texto acabava com a entrega ao Plenário, e a partir daí passaria à análise de "todos os partidos com assento na Casa".

A última versão da proposta foi apresentada na noite de anteontem, após meses de negociações entre as categorias de servidores. Entre outras mudanças, foi retirado do vencimento dos servidores o componente

salarial que era atrelado ao salário dos parlamentares. Também foram feitos reajustes para evitar discrepâncias entre os vencimentos das categoriais.

De acordo com o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, a mudança representará um impacto orçamentário de 9,82% na folha de pagamento da Casa no exercício de 2010, ou R\$ 217 milhões. Para 2011, o impacto em relação ao ano anterior será de 10,3%, ou R\$ 247 milhões. A maior remuneração, a de consultor-geral em final de carreira, será de R\$ 24 mil, podendo chegar a R\$ 26 mil se houver acúmulo de função comissionada.

– A estrutura veio do plano de carreira do TCU, do plano da Câmara e está sendo mantida no do Senado – disse Tajra, que descartou a possibilidade de salários superiores ao teto do funcionalismo público.

Sarney: denúncia ao STF cabe à corregedoria

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a denúncia de contratação irregular de servidores no gabinete do senador Efraim Moraes (DEM-PB) consta de inquérito que está sendo conduzido pela Polícia do Senado. Caso seja constatado algum crime, acrescentou, o inquérito será encaminhado à Corregedoria do Senado para análise e posterior envio ao Conselho de Ética.

– Se houver necessidade de denúncia ao Supremo Tribunal Federal, é à corregedoria que cabe fazê-lo, mas é preciso ficar claro que não estou fazendo qualquer pré-julgamento – disse.

Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), informou que só encaminhará eventual denúncia ao Conselho de Ética se for provocado, ou seja, se a Polícia do Senado lhe encaminhar um inquérito com provas de que houve crime.

Hélio Costa lança livro sobre reportagens que realizou

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lançou ontem, na Biblioteca do Senado, o livro *Lembranças de um tempo fantástico*, publicado pela Editora Saraiva. O livro conta bastidores de reportagens feitas pelo parlamentar em sua carreira como jornalista.

Em entrevista antes do lançamento, Hélio Costa afirmou que foi escrevendo as histórias aos poucos, descrevendo algumas das experiências que teve nas reportagens que fez em 72 países, cobrindo "alguns dos mais importantes eventos internacionais". Em janeiro deste ano, deu-se conta de que faltavam "no máximo três bons capítulos" para concluir o livro, o que fez nas férias.

– São histórias das histórias que contei na TV – resumiu.

Hélio Costa afirmou que o livro só será divulgado, com lançamento nas capitais brasileiras, depois das eleições, uma vez que está em campanha, concorrendo ao governo de Minas Gerais.

O livro, de acordo com o senador, é destinado "um pouquinho para jornalistas, um pouquinho para saudosistas e muito para as pessoas que acompanharam minhas reportagens pelo mundo inteiro".

Hélio Costa disse ser um jornalista "formado dentro das redações", uma vez que, quando foi contratado pela Voz da América para ir trabalhar nos Estados Unidos, ainda não havia curso de jornalismo em Belo Horizonte, onde morava.



Hélio Costa autografa livros: "São histórias das histórias que contei"

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PECs estão na pauta da sessão

14h A sessão é deliberativa. Entre os itens em pauta, estão duas propostas de emenda constitucional. A PEC 28/09 suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos para efetivação do divórcio. Já a PEC 89/03 impede a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar, além de permitir a perda de cargo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos feitos em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do **Jornal do Senado** de amanhã, 25 de junho.

O relator, senador Tião Viana, propõe que o reajuste do mínimo em 2011 seja calculado pelo índice de aumento do PIB em 2008, de 5,1%

LDO: novas regras para salário mínimo e obras irregulares

NOVOS CRITÉRIOS PARA reajuste do salário mínimo em 2011 e regras para suspensão da execução física e financeira de obras com indícios de irregularidades graves são as principais modificações sugeridas pelo relator, senador Tião Viana (PT-AC), na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Ele entregou seu relatório ao meio-dia de ontem ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), que prevê a votação do projeto na próxima semana.

Para Tião Viana, a regra vigente para o reajuste do mínimo, atrelada ao crescimento real do produto interno bruto (PIB) de 2009, está prejudicada com a queda verificada no ano passado (-0,2%). Por isso, ele sugeriu uma alternativa: incluir no cálculo também a variação do PIB de 2008, que foi de 5,1%. Assim, conforme o relator, o Congresso Nacional dá uma resposta positiva à política de valorização do mínimo.

Teto de despesas previstas com o Programa de Aceleração do Crescimento é de R\$ 32 bilhões

Ainda em relação à meta fiscal, ele definiu um teto para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que será de R\$ 32 bilhões em 2011. O projeto da LDO permite que a meta de superávit seja reduzida pelo valor

que for consignado ao PAC.

O relatório de Tião Viana prevê ainda regra para execução provisória do Orçamento, caso a proposta enviada pelo Executivo ao Congresso não seja aprovada até 31 de dezembro de 2010: as despesas correntes de caráter inadiável e os investimentos das estatais e do PAC serão feitas à razão de um duodécimo por mês até a sanção da lei. O objetivo é garantir condições de continuidade do funcionamento adequado da máquina pública.

Para elaborar seu relatório, Tião Viana disse ter examinado 3.028 emendas, das quais 1.763 foram total ou parcialmente aprovadas.

Política nacional de combate ao crack é sugerida pelo relator

O Brasil pode ter uma política nacional de combate ao crack, conforme sugestão incluída no projeto da LDO pelo relator Tião Viana (PT-AC). O substitutivo prevê também a possibilidade de a União pleitear na Justiça a obrigação de a indústria de tabaco ressarcir as despesas com tratamento de saúde de fumantes.

O relatório de Viana fixa também diretrizes para a ampliação do orçamento de agências reguladoras que tiverem fixado e cumprido metas de desempenho integrantes de contratos de gestão. O objetivo, disse o senador, é melhorar a qualidade da regulação e dos instrumentos de transparência decisória.

O texto do relator ressalva de contingenciamento (bloqueio de verbas orçamentárias) despesas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama), da sanidade agropecuária do Ministério da Agricultura, da alimentação do pessoal das Forças Armadas e do Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher.

Tião Viana também sugeriu prioridade para ações relativas ao apoio à infraestrutura das áreas externas de zonas de processamento de exportação (ZPEs), envolvendo a instalação de vias de transporte para acesso, fornecimento de água, saneamento, luz e redes de fibra ótica.

responsáveis pela execução. Devem levar em conta, entre outros fatores, as medidas adotadas pelo órgão para sanar a irregularidade, bem como os impactos econômicos e os riscos sociais, ambientais e à segurança da população decorrentes do atraso causado pela paralisação.

Despesas

Outra novidade é a inclusão de norma de gestão fiscal prevendo o crescimento dos investimentos públicos em percentual superior à evolução das despesas correntes. O relator manteve o valor nominal para o superávit primário de 2011, que será de R\$ 125,5 bilhões para o conjunto do setor público (União, estatais, estados e municípios).



Tião Viana entrega relatório sobre projeto da LDO ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Waldemir Moka

Principais modificações

Foram examinadas 3.028 emendas para a elaboração do relatório, das quais 1.763 foram total ou parcialmente aprovadas

SALÁRIO MÍNIMO	OBRAS IRREGULARES	INVESTIMENTOS PÚBLICOS	EXECUÇÃO PROVISÓRIA
O cálculo para o reajuste do mínimo incluirá, além da variação do PIB de 2009 (que foi de -0,2%), a variação de 2008 (+5,1%)	Para a paralisação de uma obra, os parlamentares devem considerar, além do parecer do TCU, informações enviadas pelos responsáveis pela execução	Os investimentos públicos devem crescer em percentual superior ao das despesas correntes	Caso a proposta do Orçamento não seja aprovada até o final do ano, as despesas inadiáveis e os investimentos das estatais e do PAC serão feitos à razão de 1/12 por mês

Emenda de Paim estende reajuste do novo mínimo a aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou ao Plenário do Senado que apresentou emenda ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, em discussão no Congresso, estendendo aos aposentados do INSS o mesmo reajuste real que poderá ser concedido ao salário mínimo, em janeiro próximo.

O relator do projeto da LDO, senador Tião Viana (PT-AC), decidiu colocar na proposta um artigo estabelecendo que o salário mínimo receberá em janeiro de 2011, além da inflação, um aumento real equivalente à média do crescimento da economia em 2008 e 2009. Isso representará um reajuste real de pelo menos 2,55%, fora a inflação dos 12 meses anteriores, que deverá

ficar próxima de 5%.

Paim afirmou não ser justo que os aposentados e pensionistas recebam no próximo ano apenas a inflação passada.

– Eles devem ter ganhos reais, assim como os trabalhadores que recebem apenas o salário mínimo – disse, prevendo que o mínimo poderá chegar a R\$ 550 em janeiro, contra os atuais R\$ 510.

No mesmo discurso, o senador gaúcho leu trechos de editorial da edição de domingo do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, com o título “Espírito de conciliação”, que trata da aprovação, pelo Senado, do projeto de Paulo Paim que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Ele também registrou artigo publicado na internet pelo presidente da



Paim afirma que categoria precisa ter ganhos reais

Legião da Boa Vontade (LBV), Paiva Neto, com elogios ao estatuto.

Paim cumprimentou ainda o desembargador Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por sua indicação para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Oposição é contra remanejamento de verbas do PAC

O Congresso deve voltar a se reunir na próxima terça-feira para deliberar sobre projeto do governo que altera as regras para remanejamento das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Orçamento deste ano. A sessão realizada ontem com esse objetivo foi encerrada sem decisão sobre a matéria (PLN 3/10). A oposição resiste à aprovação por considerar que o projeto representa “carta branca” para o gover-

no refazer o programa a livre critério.

Conforme o texto enviado pelo governo ao Congresso, até 30% dos recursos globais autorizados para o PAC podem ser livremente distribuídos entre os diversos projetos que integram o programa, uma lista de obras e serviços de grande porte considerados estratégicos – incluindo hidrelétricas, obras rodoviárias e ferroviárias, entre outras.

Se aprovado como está,

o texto permitirá ao governo, por exemplo, zerar as despesas previstas para uma determinada obra, em favor de outra. A regra vigente só permite o remanejamento de até 25% dos recursos de cada projeto. Conforme o governo, o objetivo do remanejamento global é otimizar o andamento do PAC, transferindo recursos de projetos que encontram algum obstáculo para avançar, caso dos que estão sem licença ambiental.

Sabatina inclui vencimentos de concessões de energia, condições da BR-163 e destinação de parte de recursos de serviços públicos a transferência de renda



Sob a presidência de Eliseu Resende (C), Comissão de Infraestrutura examina as indicações de André Pepitone e Romeu Rufino (Aneel), Murillo Barbosa (Antaq) e Jony Marcos Lopes (Dnit)

CI aprova indicações para Dnit e duas agências reguladoras

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem a indicação de André Pepitone da Nóbrega e a recondução de Romeu Donizete Rufino para a direção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O colegiado também aprovou a recondução de Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a indicação de Jony Marcos do Valle Lopes para diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). As mensagens presidenciais serão submetidas ao Plenário.

Durante a sabatina, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) manifestou preocupação com o vencimento, a partir de 2015, de concessões no setor elétrico. Ele questionou os dois indicados para a Aneel sobre o processo de renovação das concessões e o impacto de novos contratos sobre as tarifas praticadas no setor.

Em resposta, André Pepitone disse que a agência participa de grupo de trabalho do Ministério de Minas e Energia para tratar do término das concessões. Conforme informou, a

partir de 2015 vencem contratos que envolvem 23% da capacidade de geração de energia hidrelétrica, 82% das concessões da rede básica de transmissão e 66% das distribuidoras de energia.

Na opinião de Romeu Donizete, geração e transmissão de energia deveriam permanecer como concessão com prazos fixos. Já os contratos de distribuição, opinou, deveriam ser firmados de forma continuada, com permanentes revisões de tarifas e fiscalização constante da qualidade do serviço.

Eletrobras

Por sua vez, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, enfatizou as ações do governo federal na condução do processo de renovação de concessões.

– De acordo com a lei em vigor, ao fim dos contratos, as usinas deverão voltar ao patrimônio da Eletrobras – disse ele, acrescentando que, caso o governo queira ampliar o prazo dos contratos, terá de propor mudanças na legislação.

O indicado para o Dnit foi questionado por Delcídio Amaral sobre as condições da BR-163, principal rodovia usada para escoamento da safra de grãos no Centro-Oeste. Jony Lopes confirmou o crescimento do movimento de cargas na rodovia nos últimos anos e relatou medidas para melhorar as condições da via, de forma a atender às necessidades da região.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber a opinião dos indicados sobre proposta de se destinar parte de recursos auferidos com a exploração de serviços públicos, como os de energia elétrica e transportes rodoviário e ferroviário, para fundo financiador de programa de transferência de renda a populações carentes.

Ao se manifestar sobre o assunto, Murillo Corrêa lembrou programa do governo federal de apoio à população carente e política no sentido de assegurar acesso da população de baixa renda a todos os serviços públicos. A reunião da CI foi presidida pelo senador Eliseu Resende (DEM-MG).

Comissão aprova novos ministros para o TST e o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, em votação secreta e após sabatina, a indicação para três cargos de ministros de tribunais superiores, vagos em decorrência da aposentadoria dos atuais ocupantes.

Para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os senadores acolheram o nome do desembargador José Roberto Freire Pimenta e, para o Superior Tribunal Militar (STM), os do general-de-exército Fernando

Sérgio Galvão e do almirante-desquadra Marcos Martins Torres.

Trabalho escravo

O currículo dos indicados da Presidência da República recebeu elogios. Romeu Tuma (PTB-SP) e Jayme Campos (DEM-MT) pediram a José Roberto Pimenta que trabalhe junto ao TST por uma definição clara do que é trabalho escravo. Segundo Tuma, a falta de definição sobre o assunto acaba prejudicando os próprios trabalhadores.

– Hoje, por falta de um banheiro ou água, acaba sendo caracterizado trabalho escravo. Com isso, há uma dispensa geral de todos, que ficarão desempregados. A decisão tem que ser cautelosa para evitar abuso que traga prejuízo até para o trabalhador – observou Tuma.

Jayme Campos também pediu ao candidato a ministro do TST que trabalhe para requalificar os cortadores de cana-de-açúcar que ficarão desempregados com a mecanização da colheita nos canaviais.

Perfil dos novos diretores

Engenheiro civil com especialização em Geotecnia, **André Pepitone da Nóbrega** exerceu diversas atividades junto à Themag Engenharia. Em 2000, iniciou carreira na Aneel, tendo sido aprovado em concurso do órgão em 2005.



Reconduzido para a direção da Aneel, **Romeu Donizete Rufino** é formado em Ciências Contábeis, com curso de pós-graduação na mesma área. Trabalha na agência desde 1998, estando desde 2006 na direção do órgão. Antes de ingressar na Aneel, trabalhou por 15 anos na Eletronorte.



Jony Marcos do Valle Lopes é formado em Engenharia Civil, com pós-graduação em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões. Atua no Dnit desde 1994, passando por cargos como o de coordenador-geral de Pesquisa da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, função exercida atualmente. Também já trabalhou no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem e em empresas particulares de engenharia.



Vice-almirante da Marinha do Brasil, **Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa** é diretor da Antaq desde 2006, sendo agora indicado para mais uma gestão. Graduado pela Escola de Guerra Naval, tem aperfeiçoamento em Eletrônica para Oficiais, mestrado e doutorado em Ciências Navais. Entre os cargos que já ocupou, destacam-se os de subchefe de Organização do Estado-Maior da Armada, assessor especial do Ministro da Defesa (1999) e comandante naval da Amazônia Ocidental.



Fotos: José Cruz



Torres (E), Galvão, Demostenes e Pimenta na reunião da CCJ

Papel civilizatório do Direito do Trabalho

Graduado em Direito, com especialização e doutorado em Direito Constitucional, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Belo Horizonte José Roberto Pimenta iniciou sua carreira em 1976, como oficial judiciário, após aprovação em concurso público. Também atuou como advogado na área privada e foi procurador de Minas Gerais e juiz do Trabalho.

É professor de Direito desde 1987, sendo ainda organizador de três livros e autor de vários capítulos de livros e artigos publicados na sua área.

Pimenta disse acreditar no papel modernizador e civilizatório que o Direito do Trabalho desempenha na sociedade. Enalteceu ainda a atuação dos advogados e procuradores, que perseguem “a necessidade de produzir resultados baseados na conciliação ou mesmo em solução judicial cuja decisão seja a mais justa para todos”.

– Pretendo, se aprovado, continuar atuando para preservar o Direito do Trabalho como instrumento de civilização e pacificação da relação capital/trabalho – concluiu o desembargador.

Indicados ao STM têm currículo extenso

Graduado em Ciências Militares e Administração, Fernando Galvão tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Ciências Militares. Entre as atividades profissionais exercidas, destacam-se a de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e subcomandante do 6º Regimento da Cavalaria Blindada. O indicado elogiou o Exército, destacando que a força “estende a mão amiga a quem precisa”. Ele afirmou ainda que, no STM, pretende continuar servindo ao país.

Já Marcos Martins Torres é graduado

em Ciências Náuticas, com mestrado e doutorado na mesma área. Entre as diversas funções ocupadas ao longo da sua carreira, estão a de oficial do Estado-Maior do Comando da Força de Contratorpedeiros e de encarregado da Escola de Guerra Antissubmarino do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão. Foi também adido naval na África do Sul e hoje ocupa o cargo de chefe do Estado-Maior da Armada. Marcos Martins destacou os quase 17 anos em que passou embarcado em navios brasileiros.

Restrição a produtos com forma de cigarro

Qualquer produto nacional ou importado destinado ao público infante-juvenil – inclusive embalagens – que reproduza a forma de cigarros e similares poderá ter a fabricação, comercialização, distribuição e propaganda proibidas no Brasil. É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 17/10) aprovado ontem pela CCJ e que segue para as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos (CDH), nesta em decisão terminativa.

Pela proposta, quem não cumprir essa determinação poderá ter o produto apreendido ou arcar com multa de R\$ 10 por embalagem apreendida, corrigida anualmente. A multa poderá ser duplicada em caso de reincidência.

O PLC 17/10 foi apresentado pelo então deputado Clodovil Hernandez e aprovado pela Câmara. O relator na CCJ, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), observa que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) baixou resolução, em 2002, que “proíbe a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição de alimentos com forma de apresentação semelhante a cigarro, charuto, cigarrilha ou qualquer outro produto fumígeno, derivado do tabaco ou não”. Ele entendeu, no entanto, que o projeto é mais abrangente que a resolução da Anvisa, por alcançar qualquer produto ou embalagem que contenha a forma de cigarros ou similares. Augusto Botelho (PT-RR) também elogiou a proposta, mas reivindicou o mesmo rigor em relação a bebidas alcoólicas.

Proposta sugere limite de emendas à lei do Orçamento

O texto elaborado por Arthur Virgílio (*leia matéria principal*) também disciplina as emendas legislativas ao projeto da lei anual do Orçamento da União. São regras mais restritivas que preveem, para cada bancada estadual, em favor da sua unidade federativa, apenas uma emenda. Hoje, cada bancada pode apresentar entre 15 a 20 propostas, a depender do porte do estado. Essa única emenda de bancada deve ser assinada em conjunto pelos três senadores, que deixam de ter direito de apresentar emendas individuais. Apenas os deputados continuariam autorizados a propor essas emendas, mas o número cairia a dez por parlamentar, menos da metade do número atual.

A restrição ao número de emendas seria compensada por garantias de execução das ações indicadas, normalmente obras para as localidades onde os parlamentares registram votação. A ideia é obrigar o governo a executar todas as despesas sugeridas, por emendas individuais ou de bancadas, desde que haja viabilidade técnica.

A intenção também é a de reduzir os riscos de inviabilidade dos projetos, por meio da criação de um banco onde passariam a ser registrados todos os empreendimentos com estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental concluídos. Esse banco será a fonte de onde sairão as obras e serviços públicos que vão constar dos orçamentos públicos.

Para aumento da publicidade e da transparência dos gastos, um dos dispositivos exige que cada ente federativo adote sistema informatizado de planejamento orçamentário e execução financeira com especificações contábeis e tecnológicas com padrão mínimo para todo o país.

Arthur Virgílio apresentou texto final que funde três projetos, modificando a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação orçamentária, financeira e contábil



Demostenes Torres (E), presidente da CCJ, e Hélio Costa: mudanças na legislação relativa às finanças públicas

Copom pode ser obrigado a divulgar justificativas de voto

A LEI DE Responsabilidade Fiscal (LRF) deve incluir dispositivo prevendo a divulgação dos votos dos membros do Comitê de Política Monetária (Copom), assim como os motivos que orientaram a decisão de cada um sobre as correções da taxa básica de juros – a Selic. A medida consta de texto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto funde três projetos que modificam em profundidade a elaboração e a execução dos orçamentos públicos, inclusive no que se refere à contabilidade e ao controle dos gastos. Assinam as propostas os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do PLS 229/09, Renato Casagrande (PSB-ES), que propôs o PLS 248/09, e Raimundo Colombo (DEM-SC), que

elaborou o PLS 175/09.

No fim do ano passado, a CCJ já havia aprovado um primeiro texto de Arthur Virgílio modificando a legislação orçamentária e contábil, assim como tópicos da LRF.

Campanhas

Uma das inovações do texto que passou na CCJ é a previsão de que os programas das campanhas dos candidatos à Presidência da República sejam registrados no Tribunal Superior Eleitoral, já que as propostas deverão ser incorporadas ao Plano Plurianual (PPA).

O relator definiu ainda novas atribuições ao Conselho de Gestão Fiscal, órgão que deve contar com representação da área fazendária de todos os entes federativos, concebido pela LRF (Lei Complementar 101/00), mas até hoje não implantado.

Ele sugere atribuir ao conselho a verificação do cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de estados e municípios, tarefa hoje exercida pelo Ministério da Fazenda.

No debate, Arthur Virgílio classificou de “balela” comentários de que o seu texto estaria “arranhando” princípios fundamentais da LRF. Jereissati destacou que o texto aprovado contou com o apoio de autores da própria LRF e, afirmou, deve ganhar a mesma relevância para o país que aquela lei alcançou.

Segundo ele, a legislação atual será regulamentada e modernizada, com mais transparência para que a opinião pública e todos os interessados possam conhecer os orçamentos públicos, suas prioridades e o que foi ou não executado.

Demostenes Torres (DEM-GO) defende a rejeição da proposta de emenda à Constituição (PEC 26/03) que acaba com os exames psicotécnicos em concursos públicos. Ele apresentou ontem parecer pela rejeição da PEC, que foi aceito pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta ainda será enviada ao Plenário. Ao justificar sua posição, Demostenes disse que os exames psicotécnicos são fundamentais para identificar, por exemplo, distúrbios que impeçam profissionais como policiais e bombeiros, entre outros, de exercer suas atividades.

– E não há subjetivismo nos exames psicotécnicos – afirmou ele, contestando uma das críticas da PEC aos exames psicotécnicos. A proposta é do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que argumentou que esse tipo de prova pode deixar o candidato “à mercê de arbitrariedades e discriminações”.

Audiências em semana de convenções nos estados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará cinco audiências públicas na próxima semana. Ontem, o presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), marcou os debates e informou que o colegiado não terá reunião deliberativa, pois os partidos políticos realizarão convenções nos estados.

Na próxima terça-feira, a CCJ se reúne para discutir o conte-

údo de reportagem da revista *Época* sobre invasão de privacidade na internet. Logo em seguida, haverá debate sobre as propostas de emenda à Constituição que tratam das férias anuais coletivas de magistrados e de membros do Ministério Público (PEC 48/09) e da criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas (PEC 30/07).

Na sequência, a comissão discute projeto que autoriza a administração pública a notificar diretamente o devedor e, se a dívida permanecer sem pagamento, a realizar a penhora de bens (PLS 10/05). Na quarta-feira, a CCJ vai ouvir o secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, sobre suposto vazamento de informações fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Pereira.

Projeto esclarece competência da Anatel para arrecadar contribuição ao Fust

Proposta que esclarece a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar a contribuição devida ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) pelas empresas prestadoras de serviços do setor foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Aprovado na forma de substitutivo, o projeto (PLS 297/07) determina que seja arrecadada para o Fust a contribuição de

1% sobre a receita operacional bruta de cada mês civil decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

O relator da matéria na CCT, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que o objetivo da proposta é “eliminar a insegurança jurídica existente atualmente”, já que a precisão da arrecadação do fundo pela Anatel não está explicitada na lei que instituiu o Fust (Lei 9.998/00), mas apenas no Decreto 3.624/00, que o regulamenta.



Sérgio Zambiasi (E), Eduardo Azeredo, relator da proposta, e Papaléo Paes na reunião da CCT

Senador lamenta a ausência de infraestrutura, como a que existia à época da antiga Sudene, para atender os atingidos por calamidades

Mão Santa pede edição de MP em socorro às vítimas das enchentes

O SENADOR MÃO Santa (PSC-PI) fez ontem, da tribuna, apelo ao governo federal para que edite uma medida provisória (MP) destinada a socorrer os estados nordestinos atingidos pelas enchentes. Ele lamentou a ausência de infraestrutura para atendimento às vítimas das calamidades, como existia à época da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

— Quando nós vivíamos essas adversidades, existia a Sudene, que tinha estrutura, *know-how* e experiência pronta e apta a ajudar os governantes nas calamidades. Mão Santa disse que a recriação da Sudene foi “pura demagogia” e ainda não saiu do papel. Segundo o senador, o governo reabriu a entidade “só na televisão e nos jornais”, e não deu o “oxigênio necessário” para a autarquia voltar a funcionar. Em aparte, o líder do governo, Rome-

ro Jucá (PMDB-RR), informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia passado a manhã reunido com a equipe de auxiliares definindo as medidas de apoio aos atingidos pelas calamidades. Jucá afirmou também que quatro ministros estão no Nordeste, “e serão tomadas todas as providências necessárias, se preciso com MPs, alocando recursos para atender as vítimas de Pernambuco, de Alagoas e de algum outro estado que tenha o mesmo problema”.

Também em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou que o governo Lula dê aos flagelados do Nordeste tratamento diferente do dispensado aos “flagelados internacionais”. Ele lembrou a prontidão do governo brasileiro nos terremotos que abalaram o Chile e o Haiti (que recebeu o equivalente a R\$



Para Mão Santa, a recriação da Sudene foi pura demagogia e ainda não saiu do papel

300 milhões de ajuda). O Nordeste, como observou Heráclito, já estava no quinto dia de calamidade, “e o presidente Lula não foi lá ainda”.

Para o senador, a insensibilidade do presidente da República com relação ao Nordeste incomoda. Ele contestou as informações do governo de que destina recursos ao socorro das vítimas das enchentes e afirmou que o Piauí, que teve perdas com as cheias do ano passado, não recebeu o dinheiro.

— Não se pode brincar com a dor alheia — acrescentou.

João Tenório quer mobilização para reconstrução de Alagoas

João Tenório (PSDB-AL) pediu a mobilização de todo o país para a reconstrução de Alagoas, estado devastado por chuvas que atingiram a região Nordeste nos últimos dias. Somente naquele estado, pelos menos 29 pessoas morreram, mais de 600 estão desaparecidas e dezenas de milhares estão desabrigadas.

O senador propôs ao governo que o pagamento da dívida de Alagoas com a União seja temporariamente suspenso para que os recursos possam ser empregados na reconstrução do estado. Ele cumprimentou o presidente Lula pela presteza com que o governo enviou a Alagoas e a Pernambuco, também atingido pelas chuvas, ajuda emergencial de R\$ 25 milhões, mas observou que, diante da magnitude da destruição, a ajuda tem um significado mais simbólico que material.

— A reconstrução da economia de Alagoas e da vida de milhares de pessoas vai



Ajuda de R\$ 25 milhões do governo é simbólica, observa João Tenório

exigir uma rede de apoio sem precedentes, uma rede de solidariedade que precisa envolver o governo federal, todos os governos estaduais e prefeituras, Parlamento, iniciativa privada, cidadãos comuns, enfim, todos os segmentos da sociedade — disse o parlamentar.

Segundo João Tenório, 22 das 101 cidades alagoanas foram atingidas de maneira dramática pelas águas dos rios Paraíba e Mundaú. O cenário, de acordo com o senador, pode ser comparado à Hiroshima pós-bomba atômica ou à Indonésia pós-tsunami.

Destruição impressiona Renan, que cobra ajuda a atingidos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse ontem que as ruínas causadas pelas enchentes em Alagoas lembram um tsunami e até mesmo o terremoto recente no Haiti. Ele advertiu que “a calamidade não espera” e cobrou agilidade na liberação dos recursos para socorro às vítimas.

O número de mortos pela tragédia que atingiu dezenas de cidades alagoanas subiu de 26 para 29 de terça para quarta-feira. Quase mil pessoas continuam desaparecidas e 80 mil estão desabrigadas, com a destruição completa de 11.400 casas, conforme o senador.

Renan informou que os ministros Nelson Jobim (Defesa), Paulo Sérgio Passos (Transportes), Márcia Lopes (Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e João Santana (Integração Nacional) estiveram na região.

Jobim anunciou o envio de 400 homens da Força Nacional e a instalação de hospitais de campanha se-



Renan Calheiros espera agilidade na liberação de recursos

melhantes aos utilizados no terremoto no Haiti.

O risco de proliferação de doenças como leptospirose e hepatite preocupa Renan, que se reuniu ontem com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; com o vice-governador de Alagoas, José Wanderley; e com o secretário estadual de Saúde, Herbert Motta.

O senador informou também que o presidente Lula determinou a liberação de R\$ 100 milhões para Alagoas e Pernambuco, como ajuda inicial, e manteve em estado de reunião permanente o gabinete de crise.

Kátia Abreu questiona exigência de reserva legal

“Temos que resolver o Código Florestal sem exageros e sem transformar a questão em dogma, religião ou reserva de mercado”, defendeu a senadora Kátia



Fotos de Waldemir Barreto

Kátia Abreu

Abreu (DEM-TO) ao cobrar dos que se autointitulam “únicos defensores do meio ambiente” que debatam o assunto com ela nas comissões temáticas do Senado. Um dos temas que a senadora quer tratar é “reserva legal”, um dos pontos mais polêmicos do código em votação na Câmara dos Deputados.

Kátia Abreu disse que o Brasil é o único país em todo o mundo que dispõe de um instrumento chamado de reserva legal. Observou que a reserva legal surgiu em 1934 como uma forma de o Brasil preservar uma reserva de madeira para utilizar como matéria-prima para a produção de carvão, a principal fonte de energia da época.

— O Brasil tem preservados 56% de sua cobertura original nativa. Se é pouco ou muito, não sei. Mas qual a cobertura original dos países das ONGs que estão nos criticando? Em toda a Europa a cobertura original nativa é inferior a 1%. Por que as ONGs não exigem reserva legal dos países europeus?

Azeredo defende valorização da agropecuária

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou em Plenário a realização de debate em Uberaba (MG) sobre a agropecuária nacional, com a presença dos líderes de seu partido. Entre eles, o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, o ex-governador do estado Aécio Neves e o ex-governador de São Paulo e candidato a presidente da República José Serra.

Para Azeredo, “desafios são muitos”, sendo o principal deles “conseguir conciliar a questão do crescimento da agricultura e da pecuária sem causar problemas para o meio ambiente”. O parlamentar lembrou que a Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais foi criada em seu governo.

O senador defendeu a valorização permanente da agropecuária. Ressaltou que as exportações do Brasil para a China são sustentadas pelo minério de ferro e por produtos agropecuários, como a carne e a soja. Lembrou ainda que seu estado é o maior produtor de café do país, plantado com alta qualidade em quatro regiões: cerrado, montanhas, zona da mata e vale do Jequitinhonha.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • Papaléo Paes • Augusto Botelho • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Votação da Petro-Sal fica para julho

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou à imprensa que a votação do projeto que cria a Petro-Sal (PLC 309/09), prevista para ontem, foi adiada porque muitos senadores do Nordeste viajaram para seus estados a fim de participar das festas de São João.

Informou ainda que, entre os projetos que devem ser votados no esforço concentrado marcado pelos líderes partidários para os dias 6 e 7 de julho, também se encontra a proposta que reestrutura o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Na terça-feira, Jucá havia adiantado que seriam votadas no esforço concentrado a emenda constitucional que estende os benefícios da Zona Franca de Manaus por mais dez anos, até 2033, e a que suprime o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano, ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos, para efetivação do divórcio.



Romero Jucá: haverá esforço concentrado em 6 e 7 de julho

Cristovam: Senado não abordou todas as questões ao aprovar Fundo Social

Falta de discussão sobre o dimensionamento correto das reservas e a viabilidade técnico-financeira da sua exploração foram pontos criticados pelo senador

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) levantou questionamentos que, segundo ele, não foram feitos quando da tramitação do projeto que criou o Fundo Social e estabeleceu o regime de partilha para a exploração do petróleo na camada pré-sal. Ele criticou o fato de os senadores não terem discutido o dimensionamento correto das reservas e a viabilidade técnico-financeira de sua exploração, a destinação de recursos para um fundo contra desastres ecológicos e os riscos de desperdício.

Cristovam indagou sobre a possibilidade de a Petrobras levantar no mercado os recursos necessários para um investimento desse porte. Na sequência, indagou a respeito dos efeitos da medida sobre a dívida interna do país, já que serão emitidos títulos do Tesouro e vendidas ações da Petrobras, sem que tivesse sido apurado o impacto dessa medida sobre a dívida. Outra dúvida levantada por Cristovam é sobre como ficará a relação da Petrobras com as

empresas estrangeiras.

O senador perguntou se os parlamentares estariam suficientemente informados quanto aos recursos que serão gerados pela exploração das reservas do pré-sal e sobre o comportamento do preço do petróleo nos próximos 40 anos. Ele assinalou que tanto o petróleo pode permanecer como fonte de energia como ser trocado por outras fontes renováveis.

Cristovam também lamentou a rejeição de emenda sua e do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que destinava à educação 100% dos recursos do Fundo Social. Ele ainda chamou a atenção para a importância de determinar "o real tamanho" das reservas, com "absoluta convicção".

– Será que o que nós temos hoje já permite saber o tamanho dessas reservas com um grau de convicção que nos diga que, o que decidirmos aqui, pelo menos no que diz respeito às reservas, não está errado? – perguntou.



Senador lamenta rejeição de emenda que destinava 100% do fundo à educação

A carência do país na área de engenharia, tema de editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, foi destacada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, os dados apresentados pelo jornal são a prova cabal da falência do sistema educacional brasileiro, cuja precariedade se manifestaria já no ensino fundamental. – A educação de base não ensina ciência e matemática como deveria. O aluno não consegue ter interesse pelas áreas técnicas – disse. De acordo com a *Folha*, entidades do setor estimam que o país perde US\$ 15 bilhões por ano, ou 1,1% do produto interno bruto (PIB), com falhas em projetos de obras públicas. A estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) é de que cerca de 150 mil vagas para engenheiros não terão como ser preenchidas até 2012.

Delcídio desmente opções para capitalização da Petrobras

Delcídio Amaral (PT-MS) desmentiu ontem boatos de que o governo cogitaria descartar o mecanismo da cessão onerosa para capitalizar a Petrobras, conforme projeto de lei aprovado no Congresso. O senador



Delcídio Amaral

garantiu que a estatal já está trabalhando para garantir os recursos para a exploração do pré-sal.

– Nós nos esforçamos muito para que o Legislativo cumprisse seu papel. O projeto aprovado aqui é o que está à disposição da Petrobras para que ela faça a capitalização. De acordo com o PLC 8/10, o

governo fica autorizado a ceder onerosamente à Petrobras até 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal. O projeto, que agora vai à sanção, também permite que a União participe do aumento de capital

da empresa.

O senador informou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) contratou na terça-feira a empresa certificadora que determinará o preço do barril de petróleo na operação União/ Petrobras, fundamental para estabelecer o montante da capitalização.

Missão parlamentar da Tailândia visita o Senado

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu na manhã de ontem a visita de missão parlamentar da Tailândia, conduzida pela 2ª vice-presidente do Senado daquele país, Tassana Boontong. Entre 19 e 30 de junho, a delegação estará em visita ao Brasil e à Argentina.

O encontro, realizado no gabinete da presidência do Senado, foi marcado por

manifestações em favor do estreitamento de laços culturais, econômicos e políticos que unem Tailândia e Brasil.

Marconi explicou à comitiva o funcionamento do Senado brasileiro e suas prerrogativas constitucionais de aprovar os nomes que ocupam as cortes superiores de Justiça, as embaixadas e as agências reguladoras de serviços públicos.

A senadora Tassana Boontong explicou, por sua vez, que a Tailândia tem 76 províncias e 150 senadores. Ela convidou Marconi Perillo a visitar seu país, afirmando que, se ele aceitar o convite, ela promete retornar para nova visita ao Brasil. Ao final do encontro, os dois senadores trocaram presentes.

Senadora Tassana Boontong, líder de missão parlamentar, lembra que a Tailândia tem 76 províncias e 150 senadores



Cristovam

Presidente de Angola pede aprovação de acordos

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou ontem o Senado e foi recebido pelo 1º vice-presidente da Casa, senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Durante a cerimônia, o parlamentar prometeu ao presidente angolano rapidez na aprovação de acordos firmados entre os dois países.

– Apoiaremos todos os acordos assinados e daremos celeridade à aprovação no Senado – garantiu.

Durante a visita de José Eduardo dos Santos ao Brasil, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram assinados 11 atos bilaterais, entre os quais a Declaração Conjunta de Par-

ceria Estratégica entre o Brasil e Angola, o Acordo de Cooperação em Defesa e os acordos de cooperação em ensino superior e não superior. Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. Em 2009, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 1,47 bilhão, sendo US\$ 1,33 bilhão em exportações brasileiras.

Marconi Perillo afirmou que o Senado, uma casa de políticos experientes, está atento ao desenvolvimento angolano. Uma comitiva de parlamentares, lembrou o senador, esteve em vários países africanos, entre eles Angola, em maio de 2008,

quando pôde verificar o progresso e o fortalecimento da economia do país africano.

Dos Santos elogiou o relacionamento existente entre Brasil e Angola e afirmou que os novos acordos, a serem confirmados pelo Senado, impulsionarão o desenvolvimento das relações bilaterais, aperfeiçoando os mecanismos de cooperação para permitir ainda maior estreitamento das relações.

A comitiva angolana estava formada pelo presidente e outros membros do seu governo, entre eles o ministro das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, o ministro-chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, o ministro da Defesa Nacional, Cândido Van-Dúnem, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, e a embaixadora Ana Gabriela Cabral.

Marconi Perillo assegura ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, agilidade na aprovação dos acordos firmados com o Brasil



CearlboMagela

Mário Couto denuncia prefeitura paraense



Mário Couto

A prefeitura de Salvaterra, no Pará, pagava a conta de energia elétrica de vários imóveis residenciais e comerciais, entre eles a do Mercadinho Real, cuja proprietária é a sobrinha do prefeito Juca Araújo. O próprio líder do governo, vereador Gimino Miranda, confirmou a informação em sessão da câmara municipal. A denúncia foi feita pelo senador Mário Couto (PSDB-PA).

Segundo Mário Couto, a prefeitura de Salvaterra mantém em sua folha de pagamento 17 parentes do prefeito, incluídas duas irmãs e a esposa.

Arthur Virgílio defende demissão de juiz corrupto



Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou que lutará pela aprovação de um projeto do Congresso que prevê a pura e simples demissão de juizes condenados por corrupção. Hoje, disse ele, os magistrados recebem o prêmio da aposentadoria integral e, mais tarde, vão trabalhar em bancas de advogados para ganhar mais dinheiro.

– Por que juiz corrupto tem de ganhar esse prêmio da aposentadoria? O Conselho Nacional de Justiça não pode mudar a lei e demitir, em vez de aposentar. Então, vamos mudar a lei. Já está passando da hora de se resolver isso no Congresso.

Suplicy quer ampliar programas contra fome

O número de brasileiros que ainda sofrem com a fome demonstra que é preciso ampliar os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. A opinião é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que comentou os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados mostram que 9,2% dos brasileiros normalmente não comem o suficiente.

– Para que não tenhamos mais em nosso país o flagelo da fome, será importante que nós aperfeiçoemos os programas de transferência de renda – afirmou Suplicy, para quem é necessário implementar a Lei 10.835/04, que institui a renda básica de cidadania a todos os cidadãos.

Suplicy destacou que os dados mostram a redução, durante o governo Lula, do número de brasileiros que passam fome. Em 2002 e 2003, segundo ele, havia no país 46,7% de pessoas passando fome. Já em 2009, esse contingente caiu para 35,6% da população.

O senador também anunciou a realização da 13ª Conferência Internacional da Rede Mundial da Renda Básica (Basic Income Earth Network), entre 30 de junho e 2 de julho. O evento será na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), tendo como tema “Renda Básica como Instrumento de Justiça e Paz”.



Senador anunciou conferência internacional sobre renda básica

Papaléo: 5 de outubro agora é Dia Nacional da Cidadania

Projeto de Papaléo Paes foi sancionado pelo presidente da República nesta semana. Para o senador, “é evidente que o combustível da democracia é a participação popular”

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) comunicou ontem ao Plenário que o presidente Lula sancionou, na segunda-feira, o projeto de lei que institui o Dia Nacional da Cidadania.

A proposta, apresentada por Papaléo, cria, segundo ele “uma grande oportunidade para incentivarmos o comprometimento dos brasileiros, livres de tutela, com o presente e o futuro de seu próprio país”.

De acordo com o senador, o Brasil era um dos poucos países que não tinha seu Dia Nacional da Cidadania. A data escolhida foi a do aniversário da promulgação da Constituição: 5 de outubro.

Na opinião de Papaléo, a Constituição “conseguiu impor-se e dar sentido prático à consagração daquela que é sua fundamental e nobre missão: garantir aos brasileiros a plenitude de um Estado democrático de direito, base indispensável para a vigência da vida cidadã”.

Papaléo lembrou a inédita



Papaléo Paes explica que data escolhida valoriza Constituição de 1988

participação popular na elaboração da Constituição.

– Foi um exemplo notável e eloquente do peso político e do poder de convencimento dos cidadãos na democracia – assinalou.

O senador disse ainda que, desde 1988, a consciência da cidadania ampliou-se entre os brasileiros. Segundo ele, “trabalhadores, estudantes, profissionais e donas de casa alcançaram uma admirável compreensão da

importância da participação e do envolvimento de todos nas causas comuns”.

A participação popular na campanha das Diretas Já e, mais recentemente, na campanha pela aprovação da Lei da Ficha Limpa, que proibiu as candidaturas de condenados por tribunais colegiados, também foi destacada pelo senador.

– É evidente que o combustível da democracia é a participação popular – afirmou.



Senadora condena postura do governo em relação à Bolívia

Marisa Serrano cobra combate à entrada de drogas

Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu ontem a ampliação de ações de combate ao tráfico e consumo de drogas. Os variados problemas relativos aos entorpecentes atingiram um nível inaceitável, na opinião da senadora. Um indicador disso é o fato de a questão estar sendo discutida pelos candidatos à Presidência da República.

São necessárias ações urgentes para coibir o tráfico de drogas nas fronteiras do Brasil, afirmou, ressaltando o aumento do contrabando através do estado do Rio Grande do Norte.

Marisa Serrano reclamou da postura do governo brasileiro por ter bancado a construção de uma rodovia, financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ligando o Brasil e a Bolívia, sem ter feito nenhuma exigência àquele país no sentido de colaborar no combate ao tráfico de drogas.

– Nós financiamos, mas queremos também, em troca, que a Bolívia nos dê mais respaldo na fronteira, para não termos o excesso que temos hoje do tráfico de drogas passando por nossas fronteiras – disse a senadora.

Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Kátia Abreu (DEM-TO), Patrícia Saboya (PDT-CE), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Adelmir Santana (DEM-DF) manifestaram seu apoio às ideias defendidas por Marisa Serrano.

Raupp comemora redução da pobreza no Brasil

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou na última terça-feira a redução do número de pobres no Brasil durante os dois mandatos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Raupp, a redução da pobreza foi de cerca de 40% no período, significando que 20 milhões de brasileiros deixaram essa condição.

– Muitos desses brasileiros conseguiram vencer a barreira da pobreza por meio de seu

próprio esforço empreendedor, como trabalhadores autônomos, aproveitando a onda de prosperidade que tivemos a oportunidade de viver nos últimos anos – disse.

Raupp observou, no entanto, que grande parte dos brasileiros que deixaram de ser considerados pobres o fizeram de maneira informal, o que implica em não partilharem adequadamente da rede de proteção social que o país oferece.



Valdir Raupp: redução foi de cerca de 40% nos dois mandatos de Lula

Valter Pereira cobra rigor no caso de ataque a site



Valter Pereira

Uma investigação policial rigorosa e que conte com todo o suporte técnico e científico necessário para que os responsáveis possam ser apontados é o que espera Valter Pereira (PMDB-MS) sobre o caso de violação, no seu estado, do jornal eletrônico *MidiamaxNews*. O ataque começou em 10 de junho. O conteúdo de páginas foi alterado, informações foram apagadas e as senhas dos responsáveis técnicos pelo site foram quebradas. O portal só voltou a funcionar no dia 16. O senador alertou que, se a investigação não for bem sucedida, hackers poderão se sentir estimulados a multiplicar os ataques.

Jayme Campos pede nova unidade da Receita



Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) reivindicou a instalação de uma unidade da Receita Federal no município de Primavera do Leste, em seu estado. Segundo ele, Primavera do Leste já é responsável por quase um terço da demanda da documentação protocolada na delegacia da Receita Federal de Rondonópolis (MT), o que comprometeria o bom atendimento, além de impor grandes distâncias aos usuários.

O senador argumentou que a abertura da unidade de atendimento da Receita Federal na cidade de Primavera do Leste trará vantagens também às cidades vizinhas.